

Conselho Nacional de Justiça

Barroso ataca ato de corregedor que afastou magistrados da Lava Jato: ‘Perversidade’

CNJ revoga afastamento de Gabriela Hardt e de Danilo Júnior, mas mantém decisão relativa a desembargadores da 8.ª Turma do TRF-4

PEPITA ORTEGA

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Roberto Barroso, classificou ontem o afastamento da juíza Gabriela Hardt – que atuou como substituta do ex-juiz Sérgio Moro na 13.^a Vara Federal de Curitiba – e de três integrantes do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região como ação “ilegítima, arbitrária e desnecessária”. As medidas cautelares foram decretadas anteontem pelo corregedor Luis Felipe Salomão, na véspera do julgamento de condutas dos principais nomes da Lava Jato no Paraná.

Por maioria de votos, o CNJ revogou o afastamento de Gabriela e do juiz Danilo Pereira Júnior, atual titular da 13.^a Vara Federal de Curitiba. De outro lado, o conselho manteve o afastamento dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Loraci Flores De Lima, do TRF-4.

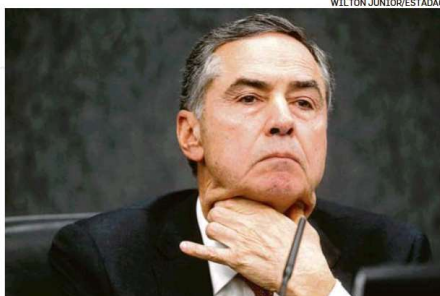
Eventual abertura de procedimentos administrativos disciplinares contra os juizes e os desembargadores na mira da

corregedoria será debatida em uma próxima sessão do CNJ. A instauração dos procedimentos foi sugerida por Salomão, mas Barroso pediu mais tempo para analisar o caso. Ele disse que não teve tempo de analisar as mais de mil páginas dos processos. O presidente do CNJ se comprometeu a devolver o caso à pauta da próxima sessão do colegiado.

'INJUSTIÇA'. Em seu voto, Barroso defendeu a revogação do afastamento dos magistrados. "Se chancelarmos isso, estaremos cometendo uma injustiça, se não uma perversidade", afirmou. Segundo ele, o afastamento de magistrados só pode ocorrer quando estejam "inequivocadamente comprovadas" faltas graves, sendo necessária decisão colegiada, com maioria absoluta para a decretação da medida.

“Nada justifica que essa medida tivesse sido tomada monocraticamente”, disse Barroso, destacando que não havia nenhuma urgência, no caso, que não pudesse aguardar 24 horas — em referência ao julgamento marcado para ontem. “Sem ironia, entendo que tal decisão contrariou frontalmente decisão do Supremo Tribunal Federal”, continuou.

Minutos antes, Salomão havia ressaltado, para fundamentar o afastamento dos magis-



Barroso na sessão do CNJ: para ele, juízes têm 'reputação ilibada'

trados do TRF-4, que o descumprimento reiterado de decisões do STF era "o caos".

Para Barroso, é “sumário, prematuro e desnecessário” o afastamento de magistrados com “reputação ilibada”. “Não são juízes que chegam ao CNJ com

Presidente do CNJ

Barroso: decisão de Salomão foi 'ilegítima, arbitrária e desnecessária' na véspera do julgamento

prontuário, uma fama, histórico negativo." O subprocurador-geral da República, José Araújo Sá, defendeu a revogação dos afastamentos e disse não ver hipótese para as medidas.

No caso de Gabriela Hardt, o ponto principal para seu afastamento foi a homologação de um acordo que previa destinação de R\$ 2,5 bilhões de multa da Petrobras a uma fundação que seria gerida por procuradores da Lava Jato – homologação proferida em 2019, mas que acabou não sendo colocada em prática. Araújo Sá ponderou que “não se pode dizer de pronto que seria uma destinação ilícita encaminhar valores para possível fundação no que diz respeito a ações educativas de combate à corrupção”.

Barroso destacou que cinco anos se passaram. "Não é contemporâneo para tornar urgente o afastamento. Dizem que ela (*Gabriela Hardt*) tem reputação ilibada. Fui advogado 30

anos, todo mundo sabe quem é quem. Essa moça não tinha absolutamente nenhuma mácula sobre a carreira dela para ser sumariamente afastada”, disse o presidente do CNJ, que também comanda o Supremo Tribunal Federal.

SUSPEIÇÃO. O juiz Danilo Pereira Júnior e os desembargadores Thompson Flores Lenz e Flores De Lima são julgados pela declaração de suspeição do juiz Eduardo Appio, ex-titular da Lava Jato em Curitiba e crítico dos métodos da operação. O processo que levou à suspeição de Appio foi declarado nulo pelo ministro Dias Toffoli, do STF, que encaminhou o caso ao CNJ para apuração. Thompson Flores é ex-presidente do TRF-4. Para Salomão, “descumprir decisão de qualquer tribunal por órgão inferior já é corroer o sistema da democracia”. “Descumprir decisão do STF então, aí é o caos.”

O corregedor chegou a propor a abertura de um procedimento administrativo disciplinar também contra o ex-juiz de atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). Mais tarde, porém, decidiu desmembrar o caso de Moro, que será analisado em outra oportunidade. O ex-juiz da Lava Jato reagiu ontem ao relatório de Salomão. "Mera ficção", ironizou ele, em nota. ● COLABOROU LAYNIA KAUZ

Reação ao STF

OAB aprova proposta que defende anulação de julgamento se defesa não fizer sustentação oral

____ A Ordem dos Advogados do Brasil aprovou a proposta que será enviada ao Congresso para assegurar o direito às sustentações orais. O texto prevê tornar a sustentação obrigatória em “todas as fases decisivas do processo judicial, sob pena de nulidade das decisões”, sobretudo no STF. ●

Plataforma

X avisa ao Supremo que entregou ao Congresso dos EUA cópia de decisões sigilosas de Moraes

____. A defesa do X (ex-Twitter) no Brasil enviou documento ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes informando que entregou ao Congresso dos Estados Unidos cópias de decisões sigilosas do magistrado que pediam cancelamento de perfis, entre outras medidas. ●

Ataque à democracia

PF faz diligências em oito Estados e bloqueia R\$ 40 milhões na Operação Lesa Pátria

____ A Polícia Federal deflagrou ontem a 26.ª fase da Operação Lesa Pátria para vasculhar 18 endereços de investigados por financiar, fomentar e promover os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. As diligências foram realizadas em oito Estados. A operação bloqueou valores de até R\$ 40 milhões. ●

COLUNA  **SECOVIS^{SP}**
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Jornalista Responsável

Jornalista Responsável: Sílvia Carneiro – MTb 19.466

Ano 41 Nº 2176 – 17 de abril de 2024

secovi.com.br

“FGTS Futuro” é importante avanço

Nova modalidade permite aquisição de moradia por mais famílias no MCMV

A prioridade à moradia digna vem sendo objeto de consistentes ações adotadas pelas três esferas de governo. Mas que um direito constitucional, o acesso à habitação por todas as classes sociais, premissa defendida pelo Secovi-SP, é indispensável para o progresso humano, sobre o qual se alicerça o desenvolvimento social e econômico.

Por essa razão, a entidade considera que toda medida que amplie e facilite a obtenção de crédito habitacional é vitória da sociedade. E um importante passo nessa direção foi dado com o FGTS Futuro, resultado de diálogo do Secovi-SP e outros entes do setor com os ministérios da Fazenda, das Cidades e do Trabalho, e com a Caixa Econômica Federal.

Aprovada no final de março pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e direcionada a famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.640,00, a modalidade poderá complementar substancialmente o financiamento de imóveis da Faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida. Com esta medida, mais compradores terão acesso a fi-

Conforme estimativas, mais de 40 mil famílias serão atendidas

nanciamento para comprar sua casa própria.

A Caixa já iniciou as contratações com o uso do FGTS Futuro, que reduz em boa parte dificuldades enfrentadas pelas famílias em razão de barreiras financeiras. Conforme estimativas do governo federal, a nova operação poderá atender mais de 40 mil famílias, um avanço significativo na permanente e coletiva luta pela redução de déficit habitacional brasileiro.

LEIA MAIS